



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI N° 1562/2001

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2002 e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidas, para a elaboração do Orçamento do Município, relativo ao exercício de 2002, as Diretrizes Gerais que trata esta Lei e os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal, na Lei N° 4320/64 e na Lei Complementar n° 101/2000, no que a elas for pertinente.

Art. 2º A estrutura que servirá de base para a elaboração dos orçamentos, programas e ações governamentais para o exercício de 2002 deverá obedecer à disposição constante do Anexo I, que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º A proposta orçamentária, que não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à legislação vigente, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização, à participação comunitária, e compreenderá:

Parágrafo único. O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais e o Instituto Municipal de Seguridade Social - IMSS;

I - o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo seu orçamento para o exercício de 2002 até o dia 15 de julho, acompanhado de quadro demonstrativo de cálculos, para justificar o montante fixado, como disposto no artigo 29 - A da Constituição Federal;

II - o Instituto Municipal de Seguridade Social - IMSS encaminhará ao Poder Executivo seu orçamento para o exercício de 2002 até o dia 15 de julho, acompanhado de quadro demonstrativo de cálculos, para justificar o montante de gasto com o pessoal.

Art. 4º A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:

I - prioridade de investimentos nas áreas sociais;

II - austeridade na gestão dos recursos públicos;

III - modernização nas ações governamentais.

§1º Aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino, no que couber, as Leis n° 9394/96 e n° 9424/96, e o art. 212 da Constituição Federal.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º Assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços de saúde, conforme Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 5º A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

CAPÍTULO II DA ESTIMATIVA DA RECEITA E FIXAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 6º As receitas e as despesas serão estimadas para o exercício de 2002, tomando-se por base os últimos cinco anos, mês a mês; as transferências constitucionais; a tendência e o comportamento da arrecadação municipal, levando-se em conta o índice de inflação nos últimos doze meses; a execução provável no exercício de 2001, tendo em vista, principalmente, os reflexos dos planos de estabilização econômica editados pelo governo federal.

§1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração Municipal o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a revisão da planta genérica de valores, de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a atualização do cadastro imobiliário fiscal;
- IV - a revisão e atualização dos lançamentos de contribuintes do ISSQN;
- V - a implementação dos serviços de fiscalização;
- VI - a expansão do número de contribuintes;
- VII - a cobrança da dívida ativa municipal.

§2º As taxas do poder de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§3º Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo Código Tributário Municipal

Art. 7º Poderá ser concedido benefício ou ampliação de incentivo de natureza tributária se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Nº 101 / 2000.

Art. 8º O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50 % (cinquenta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - anular parcial ou totalmente dotações previstas no orçamento de 2002 até o limite de 50% (cinquenta por cento) das despesas previstas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo fica autorizado ao disposto nos incisos III e IV deste artigo.

Art. 9º Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá de:

I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;

II - publicar até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária - RREO, verificando o comportamento da receita para balizar, se necessário, o contingenciamento de dotações orçamentárias;

III - implantar sistema de avaliação e aferição das ações e dos programas desenvolvidos;

IV - os Planos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Prestação de Contas e o respectivo Parecer Prévio do Tribunal de Contas serão amplamente divulgados, inclusive na Internet, e ficarão à disposição da comunidade para exames.

CAPÍTULO III DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 10. O Município não poderá exceder com o pagamento de pessoal o percentual de 60 % (sessenta por cento) do valor da receita corrente líquida, conforme limites dispostos no art. 20, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar N° 101/2000.

§1º A abrangência dos gastos com pessoal e a apuração dos limites percentuais são os constantes no **caput** do artigo 18 e §2º da Lei Complementar N° 101 / 2000.

§2º O disposto no §1º do art. 18 da Lei Complementar N° 101/2000 - Outras Despesas de Pessoal, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§3º Não se considera como substituição de servidores públicos, para efeito do **caput** do artigo 18 da Lei Complementar N° 101/2000, os contratos relativos a execução de atividades que:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem competência legal da área administrativa;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo extinto.

§4º Serão considerados e computados como gastos de pessoal todos os direitos e vantagens concedidos aos servidores municipais e as despesas com os encargos sociais.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 11. Os Poderes Executivo, Legislativo e o Instituto Municipal de Seguridade Social - IMSS, quando da elaboração de suas propostas orçamentárias, para despesas com pessoal, se pautarão ao que dispõe o artigo 71 da Lei Complementar N° 101/2000.

Art. 12. O Poder Executivo reestruturará o plano de cargos e carreiras, criará novos cargos ou extinguirá os desnecessários, modificará e reordenará as denominações dos cargos existentes, e procederá a realização de concurso público, para provimento de cargos já existentes ou que forem criados, com aprovação legislativa e demais normas legais.

§1° A Administração Municipal possibilitará a valorização dos servidores públicos através de:

I - cursos de capacitação, treinamentos e reciclagens;

II - avaliação de desempenho;

III - pagamento de horas extras, quando necessárias, não constantes e que não impossibilitem a criação de novos cargos.

Art. 13. O Poder Legislativo, dentre outras atribuições de sua competência, fazer-se-á representar em congressos, seminários, palestras, cursos e atividades similares; fará revisão na estrutura do plano de cargos e carreiras de seus servidores e realizará concurso público para preenchimento de cargos existentes ou a serem criados.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar N° 101/2000, considera-se:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 38 da Lei N° 8666/93, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o §3° do art. 182 da Constituição Federal.

II - entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei N° 8666/93.

Art. 15. É vedado quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade e o Serviço de Controle Interno registrarão os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput** deste artigo.

Art. 16. A Lei Orçamentária discriminará dotações específicas para:

I - concessão de subvenções sociais;

II - programas destinados à preservação ambiental e ao saneamento básico, visando a melhoria da qualidade de vida da população;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

III - manutenção dos convênios de cooperação com entidades e outros níveis de governo;

IV - pagamento da dívida municipal;

V - pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos respectivos débitos, como dispõe os §§ do art. 100 da Constituição Federal;

VI - reserva de contingência, conforme art. 5º, inciso III da Lei Complementar Nº 101/2000;

VII - conceder bolsas de estudo para o atendimento suplementar da rede particular local ou de outra localidade, quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda e houver disponibilidade financeira, respeitando-se os critérios de concessão previstos na legislação;

VIII - garantir, aos alunos de ensino pré-escolar e fundamental, obrigatório e gratuito da rede municipal, o fornecimento de materiais escolar, didático, pedagógico e transporte escolar para o pessoal discente e docente;

IX - ao final do exercício financeiro de 2000, se a lei orçamentária não for sancionada, sua programação, até sua sanção, poderá ser executada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, exceto para as despesas com pessoal e encargos sociais e pagamento de benefícios previdenciários, as quais poderão ser executadas conforme programação;

X- as despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial.

Parágrafo único. A concessão de subvenções sociais do inciso I deste artigo obedecerá, dentre outras normas vigentes, o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Nº 101/2000, especialmente ao que dispõe a Lei Municipal nº 1246/93, ficando as entidades beneficiárias, obrigatoriamente a :

I - estar reconhecidas como de utilidade pública e exercendo atividades no Município, há no mínimo dois anos;

II - não auferir lucros e nem remunerar seus dirigentes;

III - apresentar plano de trabalho para aplicação dos recursos;

IV - prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, conforme dispuser o instrumento de convênio;

V - se submeter à fiscalização pelo Poder Público Municipal.

Art. 17. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passa Quatro , 4 de julho de 2001.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal
José Ribeiro Netto
Secretário Municipal de Administração